

MARCA-FEIRA — 27 DE JANEIRO DE 1968

Notas e Informações

AUG

Editorial p. 3

Vendilhões da soberania

Qualquer cidadão dotado de medianas luces seria capaz de encontrar razões para justificar o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Na simplicidade de seu raciocínio, saberia juntar o conhecimento colhido nos bancos escolares com os dados da experiência. Não cometaria a tolice de dizer que a tradição republicana é de quinze anos, pois na República Liberal, a de 1945, o mandato presidencial foi de cinco anos. Enfim, unindo a razão à experiência, o cidadão comum saberia produzir um argumento convincente.

Ao contrário, os integrantes da classe política, que defendem o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, costumam transformar aquilo que seria um argumento correto e honesto num amontoado de artifícias políticas. O resultado de tamanha desfaçatez é que o homem simples, que seria capaz de aceitar cinco anos para o presidente Sarney, vê-se compelido a lutar pelos quatro — uma vez que não deseja ver-se metido numa aventura em que os cargos se negociam com uma falta de pudor só encravada nos lupanares. Aderirá aos quatro anos porque não quer ser colocado ao lado de políticos que invadem a esfera do sagrado e blasfemam para justificar seus negócios: "Até Deus impõe condições para se entrar no céu. Por que aqui não se pode chutar a canela do governo e desfrutar as vantagens?" O ilustre deputado do PMDB paulista a quem se atribui essa frase sacrifical poderia lembrar-se dos ensinamentos que recebeu em criança ou de sua juventude democrata-cristã; quando compara o reino dos céus ao prostíbulo em que alguns membros do Centrão estão transformando a política brasileira acha, se não motivo de excomunhão automática, pelo menos alvo de severas críticas em todos os pulpitos. Desgraçadamente, para Deus — que se vê cada dia mais isolado e descobre que o sacrifício do Ubigântio não é compreendido nem pelos que se proclamam cristãos —, os mercadores do templo tornaram conta da política e o crime pode ser considerado à luz do dia, desde que os beneficiários pleie sejam membros da mesma paróquia.

Lendo-se as declarações de ilustres membros do Centrão sobre a troca que pretendem fazer com o presidente Sarney — cargos por votos —, tem-se a nítida sensação de que não há dez homens justos em Sodoma, perdão, nas hostes que se dizem democráticas e desfraldam a bandeira do liberalismo contra a esquerda. Pelo que publicam os jornais, o deputado José Lourenço, com sua ousadia de marujo das caravelas, não hesita em ir às do cabo, e afirma com a crueza dos cruzados: "Regimento é feito para ajudar, quando atrapalha a gente põe de lado". Aduzindo, sem malas-palavras, que os que assinaram a emenda dos cinco anos nella votarão desde que sejam beneficiados com cargos no segundo e terceiro escalões. O deputado Doso Coimbra, escusando-se por não pertencer ao grupo fisiológico, expõe as razões pelas quais seu comportamento é liso e correto: "Não tenho escola, rádio, hospital. Não preciso renovar a licença de funcionamento de nada. Minha família está crescida. Dos meus três filhos, dois são concursados, estáveis. Meus irmãos já passaram da idade de entrar no serviço público. Não tenho o que pedir!" Se faltou acrescentar: não tenho o que temer! E o deputado Cardoso Alves, o que compra o reino dos céus à Pasárgada de Brasília, tem um lampejo de cordialidade com o presidente: "É preciso conferir quem vota nos cinco anos, sob pena de submetermos o presidente a uma situação vexatória" — vale dizer, ser derrotado apesar de o número de assinaturas a favor da emenda dos cinco anos ser superior a 280.

É de estranhar que ninguém se dê conta do ambiente pecaminoso em que as negociações se processam. E como se os constituintes dissessem: minha honra custa tantos empregos, a renovação de uma concessão de rádio, de um convênio com o Iapar, a estabilidade de alguns irmãos. Em outros tempos, se uma senhora de boa origem formulasse condições parecidas a essas para ceder seus favores a um galante namorado, ou a um aventureiro, seria expulsa do convívio dos bons. Atualmente, deputados podem dizer que seu voto vale isso, mais ou menos, e esperam ser bem

recebidos pela sociedade que os elegeu para defender os princípios do liberalismo.

Essa é a maior traição que se está cometendo contra o princípio da representação popular. O povo, no qual reside a soberania, não votou em *entretemeuteurs* que sem nenhuma galanteria decidem da honra do mandato. O povo pensou escolher liberais, defensores da livre-iniciativa, que até poderiam sustentar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, usando os argumentos da experiência e da razão — nunca os do bordel. Na verdade, elegeu quem, a pretexto de defender o liberalismo, está colocando à venda seu precioso voto na Assembléa Nacional Constituinte, com o qual o presidente Sarney — cujo respeito pela soberania e pela representação deixaram de existir desde o golpe de Estado de 18 de maio — espera poder ficar mais um ano na Presidência, não se sabe para que, a menos que seja para consagrar o triunfo dos irmãos da opa.

Alguns representantes do Centrão estão transformando esse grupo partidário no arlete com o qual esperam arrombar a porta do Iapar, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, do CIP, da Sunab e não se sabe mais de quantas repartições se servem para dar prêmios aos que vendem sua honra e mercadejam a representação que receberam do povo.

Esses vendilhões da soberania popular devem ser afastados da vida pública juntamente com aquele que os tenta e a quem eles dão publicamente seu preço. Ninguém terá condições morais de defender a manutenção do atual Congresso, ou do mandato presidencial, se o presidente Sarney obtiver os cinco anos neste clima prostibular. A realização de diretas já, em todos os níveis, impõe-se como medida de profilaxia. A Nação não pode conviver com deputados que alardeiam sua disposição de prostituir-se, invocando o nome de Deus. O ultraje é duplo: à soberania e à consciência religiosa do povo. Diante de tal situação, a Nação tem o direito de proclamar: destruam-se os que mercadejam com a soberania popular.